



Estrada de Ferro Vitória a Minas

Informações financeiras intermediárias
“Carve-out” do período de seis meses findo em
30 de junho de 2026



Estrada de Ferro Vitória a Minas
Índice das Informações financeiras intermediárias “Carve-out”

Demonstração Intermediária do Resultado	3
Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa	4
Balanço Patrimonial Intermediário	5
Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração Intermediária do Valor Adicionado	7
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias “Carve-out”	8
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação das Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out”	8
3. Receita de serviços, líquida	9
4. Custos e despesas por natureza	10
5. Resultado financeiro	11
6. Tributos sobre o lucro	12
7. Disponibilidades	12
8. Obrigações sociais e tributárias	12
9. Intangível	13
10. Imobilizado	14
11. Provisões para processos judiciais	15
12. Patrimônio líquido	17
13. Partes relacionadas	17
Responsável Técnico	18

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstração Intermediária do Resultado
Em milhares de reais

		Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	Notas	2026	2025
Receita de serviços, líquida	3	3.157.124	2.788.989
Custos dos serviços prestados	4(a)	(1.660.157)	(1.647.973)
Lucro bruto		1.496.967	1.141.016
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(19.400)	(17.720)
Outras despesas operacionais, líquidas	4(c)	(103.160)	(119.110)
Lucro operacional		1.374.407	1.004.186
Resultado financeiro, líquido	5	163.599	66.276
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.538.006	1.070.462
Tributos sobre o lucro	6		
Imposto de renda		(384.502)	(267.615)
Contribuição social		(138.421)	(96.342)
		(522.923)	(363.957)
Lucro líquido do período		1.015.083	706.505

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa
Em milhares de reais

Período de seis meses findo em 30 de junho de			
	Notas	2026	2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.538.006	1.070.462
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	9 e 10	513.259	490.509
Atualização do contrato de concessão	5	392.916	465.596
Provisão para processos judiciais	4 (c) e 11	108.922	133.945
Perda com baixa do imobilizado	10	125.372	11.874
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Partes relacionadas		(51.181)	(191.385)
Almoxarifado		(55.578)	10.567
Depósitos judiciais		20.513	2.793
Fornecedores		60.403	(72.063)
Fornecedores - Partes relacionadas		(9.039)	190.527
Obrigações sociais e tributárias		(69.690)	62.786
Contingências		(72.315)	(82.618)
Outros ativos e passivos, líquidos		27.301	(22.014)
Disponibilidades proveniente das atividades operacionais		2.528.889	2.070.979
Fluxo das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível	9 e 10	(754.971)	(597.041)
Pagamento dos passivos relacionados a outorga da concessão		(993.894)	(945.774)
Disponibilidades utilizadas nas atividades de investimento		(1.748.865)	(1.542.815)
Aumento nas disponibilidades no período		780.024	528.164
Disponibilidades no início do período		9.008.670	8.559.704
Disponibilidades ao final do período		9.788.694	9.087.868

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Balanco Patrimonial Intermediário
Em milhares de reais

	Notas	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativo			
Ativo circulante			
Disponibilidades	7	9.788.694	9.008.670
Partes relacionadas	13	107.219	56.038
Almoxarifado		239.879	184.301
Outros		542.875	488.878
		10.678.667	9.737.887
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	11(c)	169.334	189.847
		169.334	189.847
Intangível	9	18.982.847	19.194.335
Imobilizado	10	4.674.302	4.371.281
		23.657.149	23.565.616
Total do ativo		34.505.150	33.493.350
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		519.342	458.939
Obrigações sociais e tributárias	8	7.745.538	7.292.305
Partes relacionadas	13	6.083	15.122
Passivos relacionados a outorga da concessão	9	2.596.917	2.713.976
Dividendos a pagar	12(c)	497.331	497.331
		11.365.211	10.977.673
Passivo não circulante			
Passivos relacionados a outorga da concessão	9	6.546.542	7.055.268
Provisões para processos judiciais	11	1.045.517	975.306
Outros		117.727	70.033
		7.709.786	8.100.607
Total do passivo		19.074.997	19.078.280
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	12	4.511.543	4.511.543
Reserva legal		649.411	649.411
Outras reservas de lucros		9.254.116	9.254.116
Lucros acumulados		1.015.083	—
Total do patrimônio líquido		15.430.153	14.415.070
Total do passivo e patrimônio líquido		34.505.150	33.493.350

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.511.543	544.710	7.762.120	—	12.818.373
Lucro líquido do período	—	—	—	706.505	706.505
Saldo em 30 de junho de 2025	4.511.543	544.710	7.762.120	706.505	13.524.878

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.511.543	649.411	9.254.116	—	14.415.070
Lucro líquido do período	—	—	—	1.015.083	1.015.083
Saldo em 30 de junho de 2026	4.511.543	649.411	9.254.116	1.015.083	15.430.153

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstração Intermediária do Valor Adicionado
Em milhares de reais

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2026	2025
Receita bruta		
Receita de serviços	3.922.315	3.421.606
Outras receitas	43.907	40.105
Menos:		
Custo dos serviços de transporte de carga	(236.830)	(335.289)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(473.155)	(410.383)
Custos dos serviços de transportes de passageiros	(21.401)	(14.976)
Outras despesas	(166.466)	(176.935)
Valor adicionado bruto	3.068.370	2.524.128
Depreciação e amortização	(513.259)	(490.509)
Valor adicionado líquido	2.555.111	2.033.619
Recebido de terceiros:		
Receita financeira	591.917	564.727
Total do valor adicionado a distribuir	3.147.028	2.598.346
Remuneração direta	260.196	249.452
INSS	53.393	50.487
FGTS	15.264	14.346
Benefícios	86.659	82.530
Despesas financeiras	428.318	498.452
Impostos federais	860.915	644.313
Impostos estaduais	427.200	352.261
Lucro líquido do período	1.015.083	706.505
Distribuição do valor adicionado	3.147.028	2.598.346

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (a “Ferrovia” ou “EFVM”) compreende uma ferrovia de 905 quilômetros, que interliga as minas de Itabira no Estado de Minas Gerais ao porto de Tubarão em Vitória - Espírito Santo, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. (“Vale” ou a “Companhia”), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

Todas as informações relevantes próprias dessas informações financeiras intermediárias e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale, incluindo o gerenciamento do caixa centralizado.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como aço, carvão, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

Em dezembro de 2020, a Vale celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás (“EFC”) e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (“EFVM”) por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Posteriormente, em janeiro de 2024, atendendo uma requisição do Ministério dos Transportes (“MT”), a Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a União Federal, voltaram a discutir as condições gerais dos contratos de concessão e, em 30 de dezembro de 2024, estabeleceram as bases gerais para uma repactuação dos contratos de concessão celebrado em dezembro de 2020, com o objetivo de promover a modernização e atualização dos contratos vigentes. Este processo foi sujeito à avaliação e anuência das autoridades competentes e sua conformação se daria por meio de uma solução consensual debatida com os órgãos envolvidos junto ao Tribunal de Contas da União. Entretanto, em 28 de agosto de 2025, no contexto da solução consensual conduzida pelo Tribunal de Contas da União, não foi possível alcançar consenso entre as partes dentro do prazo estipulado.

Em 16 de abril de 2026, o Conselho de Administração da Vale aprovou a continuidade das negociações relativas à otimização dos contratos de concessão da EFC, junto ao MT, a ANTT e a Infra S.A., no âmbito de suas respectivas competências legais. Os potenciais impactos contábeis, se houver, serão reconhecidos no período em que um acordo for assinado.

Apesar das discussões em andamento, os contratos de concessão permanecem vigentes, a Companhia mantém-se adimplente em relação às obrigações estabelecidas e segue comprometida com os termos gerais definidos no acordo celebrado em 30 de dezembro de 2024. A Companhia entende que as provisões registradas, bem como seu respectivo reflexo no ativo intangível, continuam adequadas para o cumprimento das obrigações relacionadas às concessões e realização dos respectivos ativos, razão pela qual não houve impactos nos montantes registrados em seus ativos e passivos.

Em 30 de junho de 2026, a Ferrovia EFVM possui um passivo relacionado a outorga da concessão no valor de R\$ 9.143.459 (R\$ 9.769.244 em 31 de dezembro de 2025).

2. Base de preparação das Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out”

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias “Carve-out” (“informações financeiras intermediárias”) foram preparadas considerando os critérios estabelecidos no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões (“Anexo 8”) celebrado em 18 de dezembro de 2020 com a União Federal, por intermédio da ANTT e a Companhia, adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

b) Base de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Anexo 8” firmado com a União.

A emissão dessas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Vale, em 13 de agosto de 2026.

c) Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

e) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o Anexo 8 e incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os períodos apresentados.

f) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação dessas informações financeiras intermediárias estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 10 e 11.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma, conforme determinado no Anexo 8 e descrito na política contábil da nota 7, a demonstração dos fluxos de caixa representa a movimentação das disponibilidades, definidas no referido Anexo 8 como saldos com partes relacionadas com a Companhia.

h) Conflito no oriente médio

A escalada das tensões geopolíticas no Oriente Médio em 2026 e as restrições logísticas associadas elevaram a complexidade do ambiente operacional internacional. A Companhia está monitorando os desdobramentos deste tema e, até o momento, não espera impactos significativos em suas operações.

3. Receita de serviços, líquida

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2026	2025
Transporte próprio da Vale	3.360.513	2.723.129
Transporte de carga geral e de passageiros	172.374	205.847
Receita acessória de transporte	389.428	492.631
Impostos sobre receitas	(765.191)	(632.618)
Total	3.157.124	2.788.989

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflita a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável. Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia os montantes correspondentes, com base nas tarifas máximas de referência homologadas pela ANTT e no volume transportado. A receita e os respectivos tributos foram apurados em conformidade com os critérios estabelecidos no item 2.1 do Anexo 8.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2026	2025
Pessoal	(415.512)	(396.816)
Material e serviço	(485.208)	(415.050)
Óleo combustível e gases	(9.732)	(250.117)
Depreciação e amortização	(513.259)	(490.509)
Outros	(236.446)	(95.481)
Total	(1.660.157)	(1.647.973)

b) Despesas com vendas e administrativas

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2026	2025
Pessoal	(8.705)	(8.880)
Serviços	(5.438)	(3.807)
Depreciação e amortização	(1.333)	(1.847)
Outras	(3.924)	(3.186)
Total	(19.400)	(17.720)

Política contábil

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia, conforme limite estabelecido no anexo 8.

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2026	2025
Provisão para processos judiciais (Nota 11)	(108.922)	(133.945)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.573)	(3.451)
Venda de materiais	18.425	13.505
Receitas de aluguel	9.870	18.041
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(1.823)	(15.973)
Outras	(16.137)	2.713
Total	(103.160)	(119.110)

Política contábil

Destina-se à contabilização de outras despesas operacionais, líquidas relativas ao Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, não classificados nos grupos custos dos serviços prestados e despesas com vendas e administrativas.

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

5. Resultado financeiro

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2026	2025
Despesas financeiras		
Juros	(34.553)	(32.385)
Atualização do contrato de concessão	(392.916)	(465.596)
Variações monetárias e cambiais	(849)	(470)
	(428.318)	(498.451)
Receitas financeiras		
Juros com partes relacionadas	583.900	563.995
Variações monetárias e cambiais	8.017	732
	591.917	564.727
Resultado financeiro líquido	163.599	66.276

Política contábil

As políticas contábeis materiais relacionadas aos itens de receitas e despesas financeiras estão demonstradas na nota explicativa “7. Disponibilidades” e “9. Intangível”.

6. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2026	2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.538.006	1.070.462
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(522.923)	(363.957)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período, conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o cálculo dos tributos incidentes sobre as vendas e sobre o resultado, deverá considerar as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e ser realizado de forma a refletir as alíquotas, deduções e benefícios previstos na legislação vigente. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para os tributos sobre o lucro foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro. A contrapartida dos impostos (incluindo impostos sobre a renda, bem como outros incidentes sobre o resultado) são apresentados no ativo ou passivo dependendo dos saldos em aberto.

7. Disponibilidades

A posição de disponibilidades da Ferrovia, refere-se às movimentações de entrada e saída de caixa, proveniente de suas receitas e despesas, além de suas obrigações. Adicionalmente, a Ferrovia dispõe de recursos financeiros junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários.

Política contábil

Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o saldo da conta disponibilidades é apurado mensalmente considerando, inclusive, as receitas provenientes do transporte de minério próprio, podendo resultar em receita ou despesa financeira.

Quando o saldo de disponibilidades apresentar posição devedora, desde que não haja saldo na conta do passivo, a Ferrovia será remunerada mensalmente com base nas taxas de aplicações financeiras praticadas pela Vale com a contrapartida reconhecida na rubrica receitas financeiras.

Quando o saldo de disponibilidades apresentar posição credora, o montante será classificado no passivo e a Ferrovia remunerará a Vale mensalmente com base na taxa média dos empréstimos contratados pela Companhia com contrapartida reconhecida na rubrica de despesas financeiras.

8. Obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição das obrigações sociais e tributárias:

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Passivo		
Obrigações sociais	177.309	265.049
COFINS	128.198	152.435
ISS	10.738	13.109
IRPJ	4.947.893	4.563.406
CSLL	1.765.928	1.627.916
Outras	715.472	670.390
Total a recolher	7.745.538	7.292.305

Política contábil

As obrigações sociais tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam os impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme regime de competência. Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma os tributos a recuperar e obrigações sociais e tributárias foram apresentados de forma acumulada no Balanço Patrimonial da Ferrovia.

9. Intangível

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.769.223
Adições	379.488
Atualização do contrato de concessão	166.609
Amortização	(348.534)
Saldo em 30 de junho de 2025	18.966.786
Custo	22.931.069
Amortização	(3.964.283)
Saldo em 30 de junho de 2025	18.966.786
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.194.335
Adições	215.619
Atualização do contrato de concessão	(24.807)
Amortização	(402.300)
Saldo em 30 de junho de 2026	18.982.847
Custo	23.854.886
Amortização	(4.872.039)
Saldo em 30 de junho de 2026	18.982.847

Passivos relacionados a outorga da concessão

O passivo reconhecido da EFVM, é composto por: valores de outorga das concessões, memória Ferroviária, desenvolvimento tecnológico e conflitos urbanos, que totalizam um montante de R\$ 9.143.459 em 30 de junho de 2026 (R\$ 9.769.244 em 31 de dezembro de 2025).

Política contábil

Intangível - Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um período determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Concessões - Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura. Os juros decorrentes da atualização desses

passivos, em razão do ajuste a valor presente, são reconhecidos no resultado financeiro ao longo do prazo das respectivas obrigações.

Os pagamentos relacionados à outorga são descontados utilizando-se o custo médio ponderado de capital (“WACC”) regulatório, que é a taxa de juros explícita no contrato de concessão conforme determinado pela ANTT, e os pagamentos relacionados às demais obrigações de investimento são descontados por uma taxa incremental para refletir o valor do dinheiro no tempo, ou seja, uma taxa de juros livre de risco aplicável ao ambiente econômico no qual a Companhia opera e com termos e condições equivalentes aos das obrigações assumidas.

Os valores a pagar à título de outorga por direitos de concessão são registrados em contrapartida ao ativo intangível.

10. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Superestruturas e infraestruturas ferroviárias (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.462	246.053	142.710	2.113.156	1.635.790	4.272.171
Adições	–	–	–	–	217.553	217.553
Baixas (ii)	–	–	–	(1.982)	(9.892)	(11.874)
Depreciação	(1.429)	(29.333)	(13.262)	(97.951)	–	(141.975)
Transferências (iii)	73.777	33.563	(863)	489.582	(596.059)	–
Saldo em 30 de junho de 2025	206.810	250.283	128.585	2.502.805	1.247.392	4.335.875
Custo	280.640	1.056.902	692.846	5.169.620	1.247.392	8.447.400
Depreciação acumulada	(73.830)	(806.619)	(564.261)	(2.666.815)	–	(4.111.525)
Saldo em 30 de junho de 2025	206.810	250.283	128.585	2.502.805	1.247.392	4.335.875

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Superestruturas e infraestruturas ferroviárias (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	233.061	676.938	118.789	2.047.462	1.295.031	4.371.281
Adições	–	–	–	–	539.352	539.352
Baixas (ii)	–	–	–	(351)	(125.021)	(125.372)
Depreciação	(1.144)	(19.226)	(14.931)	(75.658)	–	(110.959)
Transferências (iii)	(32.273)	(16.562)	6.553	155.446	(113.164)	–
Saldo em 30 de junho de 2026	199.644	641.150	110.411	2.126.899	1.596.198	4.674.302
Custo	849.182	901.331	692.321	4.822.717	1.596.198	8.861.749
Depreciação acumulada	(649.538)	(260.181)	(581.910)	(2.695.818)	–	(4.187.447)
Saldo em 30 de junho de 2026	199.644	641.150	110.411	2.126.899	1.596.198	4.674.302

(i) Refere-se a ativos vinculados à operação ferroviária, incluindo material rodante e infraestrutura.

(ii) Refere-se às baixas de ativos imobilizados, decorrentes de alienações, desativações operacionais ou da saída de ativos do respectivo centro de lucro.

(iii) Refere-se às transferências de ativos entre centros de lucro, decorrentes de realocações internas. Tais movimentações podem gerar efeitos positivos ou negativos entre rubricas, sem impactar o valor contábil do ativo.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, consequentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

11. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais.

A Ferrovia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Ferrovia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos tributários – A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados à diversos tributos.

Processos cíveis – Ações em que são discutidas indenizações de prejuízos, pagamentos e multas contratuais em função de desequilíbrio ou descumprimentos contratuais que são alegados por fornecedores.

Processos trabalhistas – Ações judiciais trabalhistas de empregados próprios e de terceiros, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem horas extras, danos morais, adicional de periculosidade e insalubridade.

Processos ambientais – Ações em que são discutidos danos ambientais e questões relacionadas ao licenciamento ambiental.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.153	245.324	889.215	7.423	1.153.115
Adições e reversões, líquido	167	40.645	93.133	-	133.945
Pagamento	(18)	(2.306)	(79.041)	-	(81.365)
Atualizações monetárias, líquido	639	(18.285)	15.968	425	(1.253)
Saldo em 30 de junho de 2025	11.941	265.378	919.275	7.848	1.204.442

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.452	86.780	871.978	8.096	975.306
Adições e reversões, líquido	7.081	(2.658)	104.499	—	108.922
Pagamento	—	(3.577)	(68.738)	—	(72.315)
Atualizações monetárias, líquido	502	320	32.310	472	33.604
Saldo em 30 de junho de 2026	16.035	80.865	940.049	8.568	1.045.517

b) Processos judiciais não provisionados

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Processos tributários	1.523.575	1.470.633
Processos cíveis	105.736	95.980
Processos trabalhistas	181.967	172.033
Processos ambientais	1.138.873	6.364
Total	2.950.151	1.745.010

c) Depósitos judiciais

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Processos tributários	57.351	59.231
Processos cíveis	11.389	10.771
Processos trabalhistas	99.620	118.916
Processos ambientais	974	929
Total	169.334	189.847

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação presente for considerada como perda provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

12. Patrimônio líquido

Para fins das informações financeiras intermediárias, a Companhia considerou a Ferrovia como uma entidade jurídica legal individual, dessa forma para cumprir com o requerimento do anexo 8, a Companhia denominou os ativos líquidos do carve-out da Ferrovia como Patrimônio Líquido para fins de atendimento a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

a) Contribuição de capital

Em 30 de junho de 2026, a contribuição de capital é de R\$4.511.543 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2026, as reservas de lucros são de R\$ 10.918.609, formados pelos lucros dos exercícios anteriores e do período corrente, após devidas destinações das reservas conforme previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. Em 30 de junho de 2026 não foram destinados valores para “dividendos a pagar” permanecendo o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 497.331.

Política contábil

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o pagamento de dividendos e a constituição de capital e reservas seguirão a política e as condições estabelecidas para os acionistas da Ferrovia, representados pelos acionistas da Companhia.

13. Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas informações financeiras intermediárias podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Vale	–	–	–	–	3.381.581	2.742.356
VLI	68.839	16.816	909	14.017	410.340	544.860
Outros	38.380	39.222	5.174	1.105	130.394	134.390
Total	107.219	56.038	6.083	15.122	3.922.315	3.421.606

Política contábil

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 3) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários, vide nota 7.

Responsável Técnico

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O